

Passou da hora de consultar os índios

Daniela Chiaretti



revisão fácil para 2014, sem consultar astrólogos ou jogar búzios: a pressão sobre as terras indígenas vai recrudescer. É ano de Copa e de eleições, mas os conflitos que ficaram mal parados em 2013 têm potencial para se espalhar pelo país sem nem esperar que se apaguem os fogos de artifício. Terras indígenas estão na pauta ruralista, na mira de mineradoras e na arquitetura das hidrelétricas amazônicas. São muitas frentes abertas no Congresso, no campo e no governo. É um mosaico de argumentos que têm em comum a complexidade e a briga pela terra.

Há o conflito histórico dos guaranis e kaiowás no Mato Grosso do Sul, o conflito recente dos Tenharim no sul do Amazonas e uma miríade de outros casos. No Congresso, a bancada ruralista fechou o ano ressuscitando a PEC 215 — a Proposta de Emenda à Constituição que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cansou de dizer que a iniciativa é inconstitucional, enquanto sua pasta prepara uma proposta sobre o assunto. Em meio a essa agenda explosiva há a necessidade de se definir algo contemporâneo — a consulta aos povos indígenas quando forem afetados por algum projeto. Isso agrada ao setor elétrico e porções progressistas do governo, animou indigenistas e colocou à mesa lideranças indígenas — até o governo mandar uma mensagem ambígua e o diálogo ser rompido.

A pressão sobre as terras indígenas vai recrudescer em 2014

Nos últimos anos foi assim: nove entre dez ações judiciais que pretendiam suspender a usina de Belo Monte, no Pará, tinham um mantra por base — os índios não foram adequadamente consultados. Os empreendedores diziam que sim, os índios diziam que não, o governo acionava seus advogados e a maior obra do PAC seguia seu rumo até a próxima ação do Ministério Público.

A reclamação chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que em 2011 solicitou ao governo brasileiro a suspensão imediata do processo de licenciamento de Belo Monte. Deu uma confusão danada, o Itamaraty ficou “perplexo”, as remessas brasileiras de recursos à OEA foram suspensas, ouviram-se brados sobre a soberania nacional, blá-blá-blá, até que um dia a OEA voltou atrás.

É verdade que os empreendedores de Belo Monte se reuniram com índios da região, mas também é verdade que índios disseram que foram apenas informados que haveria uma obra. Informar não é consultar. O país está em um limbo até a hora em que definir que diabos é a tal consulta às comunidades, como deve ser feita, em qual momento, com quais procedimentos, para chegar onde e com quais limites.

Trata-se de pôr em prática o artigo 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O tratado versa

sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, foi aprovado em 1989 e começou a vigorar em 1991. O Brasil foi um dos 20 países que ratificaram a convenção, com posterior aprovação no Congresso e promulgação pelo Executivo. Pelo direito brasileiro, quando isso acontece com uma convenção internacional, ela ganha status de lei.

A Convenção 169 é considerada progressista. Diz que a consulta aos povos afetados por algum projeto tem que ser feita de boa-fé. Alguns grupos resumem assim os artigos da convenção a esse respeito: tem que ser prévia, livre e consentida. A ideia do veto é debate superado: a meta é ter o consentimento dos afetados ou se chegar a um acordo. Mas se fala na necessidade da consulta, a convenção fica na generalidade. A partir daí é preciso criar um padrão, o que vários países fizeram, ou estão tentando fazer.

A Bolívia tem desde 2009 um decreto que regulamenta o procedimento, embora a norma tenha sido criticada pelos movimentos indígenas locais. O Peru fez suas regras em 2012, o Chile também avançou. No Brasil, um grupo de trabalho interministerial foi criado em 2012, co-presidido pela Secretária-Geral da Presidência e pelo Itamaraty. A ideia era consultar as partes sobre como deve ser a consulta — o que pode parecer um pleonasmo público, mas é chave para dar legitimidade ao processo.

“A grande questão da regulamentação da consulta prévia é o ‘como’”, diz Paulo Maldos, secretário de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência. “A chave da Convenção 169 é a construção do consenso, não é um instrumento plebiscitário. Seria genial se os engenheiros conhecessem a convenção na faculdade.”

A tarefa é montar uma arquitetura de regras que contemple a diversidade de centenas de culturas que lidam com o tempo e o espaço de forma diferente, que decidem de maneira particular, que possuem maneiras distintas de interlocução. Há povos indígenas espalhados por dezenas de aldeias — alguns têm uma liderança geral, outros não se sentem representados nem pela vizinha. São mais de 200 povos indígenas com 180 línguas diferentes, 2.300 comunidades quilombolas (segundo o governo) com territórios em diferentes fases de reconhecimento, comunidades de quebradeiras de cocos, seringueiros, castanheiros, caiçaras e muito mais.

Um grande seminário e uma série de reuniões foram feitas pra cá e pra lá. Textos da convenção produzidos pela OIT em língua tucuna e terena foram distribuídos. Tudo ia bem até julho de 2012, quando a Advocacia-Geral da União editou a Portaria 303, que permitiria ao governo que toque usinas, estradas e outras obras sem que as populações indígenas afetadas fossem previamente consultadas.

Fácil imaginar o que se seguiu. Cobrando coerência do governo, o movimento indígena abandonou o processo da consulta. Queriam que a portaria fosse revogada e não suspensa, como ocorreu. O diálogo foi quebrado e só continuou com os quilombolas. “É uma prioridade regulamentar a 169, fortalece as comunidades. É importante que os indígenas voltem”, diz Maldos.

Embora reconhecendo a importância do processo, organizações como o Instituto Socioambiental, o ISA, entendem que o Brasil recuou na agenda indígena. “É supérfluo falar de consulta prévia quando a terra não está garantida”, diz a advogada e cientista política Biviany Rojas Garzón, do ISA.

Daniela Chiaretti é repórter especial. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Claudia Safatle. E-mail: daniela.chiaretti@valor.com.br

Elevação do IPI de automóveis terá pouco impacto sobre a inflação

Arícia Martins
De São Paulo

A recomposição parcial do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos terá impacto modesto sobre a inflação ao consumidor em janeiro, segundo economistas.

O efeito direto do reajuste de 2% para 3% no imposto dos modelos 1.0, que têm participação maior nos indicadores de preços do que automóveis mais caros, será de 0,02 a 0,03 ponto percentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da abertura do ano, de acordo com cálculos de analistas consultados pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

Além do aumento do IPI, a obrigatoriedade de mais itens de segurança em todos os carros novos representa outro potencial fator de elevação dos preços. Porém, com um cenário pouco promissor para as vendas nas

concessionárias, a avaliação dos economistas é de que as condições de mercado podem atenuar os repasses dos custos maiores das montadoras de veículos ao preço final no varejo.

Caso o IPI para veículos populares retorne ao seu patamar original, de 7%, ao longo do ano, a transmissão direta para o IPCA resultaria em 0,15 ponto percentual a mais de inflação em 2014, calcula Flávio Serrano, do BES Investimento. No entanto, Serrano avalia que este impacto será um pouco menor, na ordem de 0,10 ponto, devido às perspectivas de enfraquecimento das vendas.

“O que vale para os índices ao consumidor são os preços praticados, que dependem mais das vendas do setor do que das tabelas de IPI. Como não há mais aquele vigor na demanda que existia no passado, é natural pensar que os efeitos [do IPI] sobre os preços serão menores do que os diretos”, afirmou Serrano.

Em janeiro, ele estima que a nova alíquota para carros populares vai acrescentar 0,02 ponto ao IPCA, para o qual espera alta de 0,75%.

Para Adriana Molinari, da Tendências Consultoria, o IPI de veículos de mil cilindradas vai voltar a 7% ao longo de 2014, o que, em suas estimativas, vai adicionar 0,16 ponto ao IPCA acumulado no ano. Em janeiro, Adriana afirma que a recomposição já efetuada terá impacto mais tímido sobre o índice, de 0,03 ponto. “A projeção da Tendências para o IPCA de janeiro já contava com a recomposição de parte do IPI e, portanto, continua em 0,65%”, comentou Adriana.

O economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), ainda não fez projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) deste mês, mas também sustenta que a questão do IPI não é grande fator de preocupação para a inflação no período. Em sua opi-

nião, estoques do ano anterior e promoções das concessionárias podem moderar repasses do imposto maior aos preços finais.

A entrada em vigor de normas mais rígidas de segurança para os veículos, que exigem a instalação de airbags e freios ABS em todos os carros que saírem das linhas de montagem a partir deste mês, levou a Anfavea, entidade que reúne as montadoras, a estimar que os veículos devem encarecer. As novas regras devem fazer os preços subir entre R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil.

Mesmo com a perspectiva de aumento de preços da Anfavea, Braz argumenta, no entanto, que o efeito da obrigatoriedade sobre os índices de preços será “discreto”. “Boa parte da indústria já se adequou a essa realidade”, nota. Além disso, no caso do IPC-S, ele acrescenta que a readequação tecnológica de um modelo integrará o indicador, mas como um item novo e, que, portanto, partirá de um patamar de preços “zerado”.

IPC-S deve ficar próximo a 6% neste ano, aponta FGV

De São Paulo

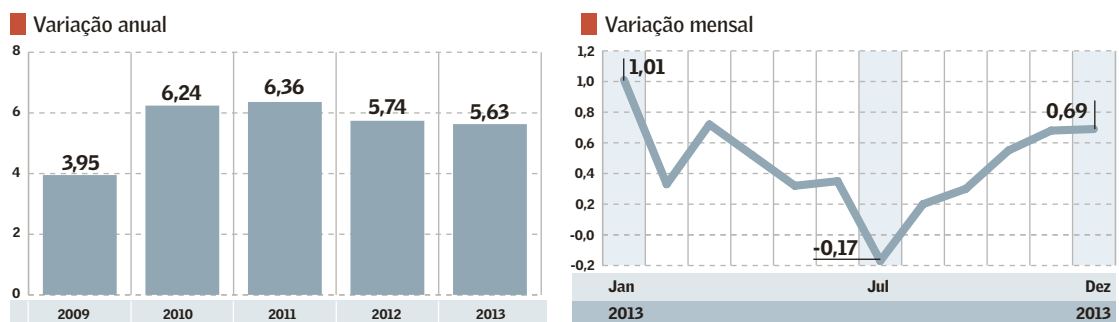
Após ter registrado alta de 5,63% em 2013, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), deve acelerar para algo próximo de 6% em 2014, em linha com a trajetória da inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A avaliação é de André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), para quem as tarifas monitoradas representam um risco para cima nesta projeção.

No ano passado, Braz observou que o corte dos preços de energia elétrica residencial “irou” 0,49 ponto percentual do IPC-S, ajuda significativa que não estará mais presente este ano. O segundo maior impacto negativo no índice de 2013 também veio de uma tarifa administrada:



Rumo incerto

Evolução da variação anual e mensal do IPC-S da FGV, em %



Fonte: FGV. Elaboração: Valor Data

o item ônibus urbano reduziu o indicador em 0,06 ponto, reflexo das manifestações que resultaram no cancelamento de aumentos de transporte público em importantes capitais.

“Há dúvidas sobre os reajustes de tarifas em São Paulo e no Rio, mas mesmo assim os preços de transporte urbano devem subir em 2014”, diz o economista.

Na avaliação de Braz, uma nova alta da gasolina será outro vetor de aceleração sobre os itens administrados ao longo deste ano. Por ora, os especialistas em inflação do Ibre ainda não definiram em suas projeções a data e o valor do reajuste a ser feito sob a vigência da nova política de preços de combustíveis, mas a expectativa é o aumento seja de “pequena amplitude” em 2014, e mais expressivo em 2015.

No IPC-S de dezembro, que avançou 0,69%, a gasolina exerceu o principal impacto positivo

sobre o indicador, de 0,11 ponto percentual. Após o reajuste de 4% nas refinarias concedido em 30 de novembro, os preços do combustível nas bombas aumentaram 3,93%, de acordo com o indicador da FGV, e levaram o grupo transportes a acelerar de 0,82% na terceira semana do mês passado para 1,2% na última.

Além dos transportes, Braz observou que os preços de alimentação e de alguns serviços também ficaram maiores no último mês de 2013, em linha com a sazonalidade desfavorável típica de fim de ano. O grupo alimentação aumentou de 0,90% para 0,93% na passagem semanal, enquanto, nos serviços, o destaque foram os serviços de beleza, com expansão de 1,1%.

Braz destaca que os preços administrados vão voltar a incomodar em 2014 num cenário em que a inflação de serviços não terá muito alívio. Se, de um lado, a

economia mais fraca e o reajuste menor do salário mínimo contribuem para arrefecimento dos preços do setor, do outro, a realização da Copa do Mundo será um importante foco de pressão, afirmou. “Sabemos que o evento tem efeito momentâneo sobre os preços, mas eles não devem voltar ao normal rapidamente.”

Do lado dos alimentos, o economista aponta que há cenário mais promissor para a agricultura, mas a perda de fôlego destes preços em relação a 2013 depende de fatores incertos, com destaque para o clima e a variação da taxa de câmbio.

Com o dólar mais alto, diz Braz, a valorização de commodities pode encarecer preços de ração para animais e, além disso, alimentos derivados de trigo, que o Brasil importa de outros mercados. “Tudo isso tende a ter um efeito gradual sobre a inflação”, disse. (AM)

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ABC Brasil **A3**
Aeger **B7**
Alibaba **B6**
Ambev **C2**
Apogeo **C2**
Appaloosa Management **C10**
Apple **B6**
Ativa **B2**
Atlas Iron **B2**
B2W **C2**
Bank of America **A7**
Barclays **A3**
BB Investimentos **C2**
Beechcraft **B1**
BES Investimento **A2**
BHP Billiton **B2**
BMW **B8**
BNP Paribas **C1, C2**
Boa Safra Sementes **B10**
Boticário **B7**
Bradesco BBI **C1**
Bradesco Saúde **B1**
Brasil Pharma **B5**
Braskem **B4**

Brookfield **C2**
CCR **B2**
Cemig **C1**
Chesf **A5**
Chrysler **B8**
Citac Africa **B8**
Citibank **C2**
Citigroup **A7**
Citroën **B3**
Claro **B6**
Colomer **B7**
Concepa **B2**
Concer **B2**
Cone **B2**
Dangote **B8**
Dealogic **C1**
Deutsche Bank **A7, C1, C10**
Discovery **B3**
Eletropaulo **C2**
Embraer **B1, C2**
Embratur **A5**
Enel Greenpower **B2**
Facebook **B6**
Fiagrill **B10**

Fiat **B3, B8**
Fitch **C1**
Ford **B3**
Fortescue Metals **B2**
Frajó **B7**
Gafisa **C2**
Gestam **B2**
GM **B3, B8**
GO Associados **A10**
Goldman Sachs **A3, C10**
Google **B6, B8**
GS&MD Gouvêa de Souza **B5**
GungHo Online Entertainment **B6**
GUPC **B8**
Honda **B3**
HRT **B3**
HSBC **A3, C2, C10**
Hypermarcas **B7**
Hyundai **B3, B8**
Impsa **B2**
Intel **B6**
Itaú **C2**
J.P. Morgan Chase **C1, C10**

Kepler Cheuvreux **B7**
Kroma **B2**
L'Oréal **B7**
LCA Consultores **A4**
Lider Aviação **B1**
LM Windpower **B2**
Magazine Luiza **B5**
Markit **A3**
MB Associados **A3**
MCM Consultores **A3**
Merk Investments **C10**
Mitsubishi **B3**
Morgan Stanley **C10**
Motorola **B8**
MRV **C2**
Nestlé **B7**
Nestlé **B7**
Net **C1**
Nissan **B3**
Nomura **B7, C10**
Odontoprev **B1**
Oi **B6**
Okonomiya **B3**
Onavo **B6**
Owl Asset Management

C10
Pague Menos **B1, B5**
Pão de Açúcar **B5**
Paulson & Co. **C10**
PDG Realty **C2**
Petrobras **A3, A10**
Peugeot-Citroën **B3, B8**
Pine **C1**
Planner Corretora **A10**
PrimerSense **B6**
PwC **B5**
Quattor **B4**
Raia Drogasil **B5**
Rémy Cointreau **B7**
Renascença **C2**
Renault **B3, B8**
Repsol **B8**
Revlon **B7**
Rio Tinto **B2**
Ryanair **B1**
Sacyr **B8**
Samsung **B8**
Serra Bonita Sementes **B10**
Sertrading **B1**

Shell **B8**
Sinagro **B10**
SLW **C2**
Snapchat **B6**
Société Générale **C10**
Softbank **B6**
Solvay Indupa **B4**
SoWitTec **B2**
Spotify **B6**
Sun Premier **B2**
Supercell **B6**
Suzano **B2, C2**
Teleco **B6**
Telefônica/Vivo **B6**
Tendências **A2, C1**
TIM **B6**
Toyota **B3, B8**
Triunfo **B2**
Twitter **B6**
Vale **B2**
Valec **A3**
Vivo **E1**
Volkswagen **B3, B8**
Walmart **B1, B5, B10**
Waze **B6**

Valor análise setorial

Levantamentos setoriais completos, de uma forma que só o **Valor Econômico** sabe fazer.

Saiba mais, adquira: <http://setorial.valor.com.br>

Valor análise setorial

Ensino Superior

Valor ECONÔMICO

Notícias que geram negócios.